

OS POVOS ORIGINÁRIOS E A PROTEÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA: O MODUS VIVENDI DOS NATIVOS, ÁREAS DE CONFLITO E A PRESERVAÇÃO DO BIOMA.

Júlia Cristina Cardoso Melo ¹

Cianir Mendonça dos Santos ²

Maria Venuzia Bizerra das Costa Barbosa ³

INTRODUÇÃO

A pesquisa gira em torno de uma prática pedagógica por meio de Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) visando a sensibilização discente acerca dos povos originários como defensores da floresta amazônica frente aos conflitos que interferem no *modus vivendi* de diferentes povos nativos e causam impactos no meio ambiente. O trabalho teve como objetivo pesquisar a história dos povos nativos da região amazônica, compreendendo o modo de vida dos povos indígenas que contribuem para a manutenção da floresta preservada frente às atividades predatórias que causam impactos ambientais; como resultado foram identificados os principais agentes ameaçadores que degradam a floresta e interferem no *modus vivendi* dos nativos; foi elaborada uma sequência didática sob forma de Aprendizagem Baseada em Projeto; além disso, os alunos produziram um ebook digital classificando os povos indígenas, áreas de conflito e agentes ameaçadores em seus territórios, destacando a relevância dos povos nativos no uso da floresta para a subsistência e a importância dos povos nativos na conservação/preservação do bioma.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Trata-se de uma pesquisa qualitativa com Aprendizagem Baseada em Projeto (ABP), desenvolvida em uma escola da rede pública com 50 alunos do Ensino Médio no período

¹ Professora de História da SEDUC/AM; Especialista em Metodologia de Ensino de História pela Universidade do Estado do Amazonas - UFAM, juliacrismelo@gmail.com;

² Professora de Biologia da SEDUC/AM; Mestra em Zoologia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM, cianirbio@gmail.com;

³ Professora de Sociologia da SEDUC/AM; Mestra em Ciências da Educação pela Universidad del Sol – UNADES, venuzia.bzc@hotmail.com.



de cinco meses no âmbito do Programa Ciência na Escola – PCE/FAPEAM. Os alunos foram divididos em equipes, cada grupo ficou responsável por uma etnia, os povos selecionados foram os Marubos, Mura, Munduruku, Waimiri Atroari e Yanomami.

REFERENCIAL TEÓRICO

A cultura e o *modus vivendi* dos povos originários tem sofrido cada vez mais com diferentes ameaças devido a influências externas, onde os povos originários tem perdido não somente o domínio da sua língua nativa, mas também das crenças, dos conhecimentos, dos costumes e até mesmo das suas terras em razão das ações antrópicas que interferem no meio ambiente e ameaçam o seu modo de vida.

Segundo Mello e Peñafiel (2020, p. 244) “os povos indígenas têm contribuição relevante a oferecer à proteção da natureza. As práticas, costumes e tradições que suas comunidades promovem, de modo geral, uma ressignificação do valor da natureza, que reforça seu resguardo”. Nesse contexto, basta observar as narrativas indígenas que falam de seres que protegem a floresta como a lenda do Curupira, Iara e Canaimé, além dos espíritos protetores das matas como Yupari, Omama e Karosakaybu que reforçam a proteção do meio ambiente diante a presença de possíveis invasores, refletindo a preocupação dos povos em resguardar e manter o equilíbrio do seu *modus vivendi*.

Populações indígenas e comunidades tradicionais têm um papel fundamental na criação e manutenção da diversidade biocultural, bem como na produtividade das paisagens. Políticas públicas, iniciativas de pesquisa e desenvolvimento, e a sociedade como um todo devem zelar pela diversidade biológica e cultural associada a esses processos históricos de domesticação (CUNHA et al., 2021, p. 53).

A maneira como esses povos vivem, utilizando os recursos hídricos e fazendo o manejo da floresta de forma sustentável é vital para a manutenção da vida e do ecossistema onde habitam. São verdadeiros guardiões da floresta, sobrevivem da coleta, caça e pesca, sem degradar o meio ambiente. De acordo com Flores *et al.* (2023, p. 6) os “povos indígenas e comunidades locais ajudaram na proteção e gestão sustentável da terra. O apoio deles é crucial para o futuro da Amazônia”. Santos Filho (2006, p. 16-21) argumenta que os povos indígenas em seu próprio *modus vivendi*, não se preocupam com o acúmulo de riquezas, mas vivem o dia e buscam na natureza o necessário para a subsistência, com o tradicional manejo brando dos recursos naturais.



Na concepção de Fleury (2017, p. 286) “as culturas originárias oferecem uma visão de mundo que pode contribuir para superar o impasse em que as culturas ocidentais e o sistema capitalista se encontram hoje, no que diz respeito à sustentabilidade da vida e do ecossistema do planeta”. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que os países dizem se preocupar com o meio ambiente, aumenta a preocupação sobre a matéria prima, recursos naturais e exploração de minérios que movem o capitalismo e geram conflitos devido o avanço dessas atividades em área de preservação e em terras indígenas. Souza Filho (2008) afirma que “basta verificar qualquer carta imagem de satélite com os limites das terras indígenas que saltará os olhos a evidência de que a cobertura vegetal dessas áreas sempre está mais preservada aos seus vizinhos imediatos”. De acordo com dados do MapBiomas (2024) as áreas mais preservadas do Brasil continuam sendo as terras Indígenas que cobrem 13% do território nacional. Desde 1985 a 2023, elas perderam menos de 1% de sua área de vegetação nativa, enquanto nas áreas privadas foram 28%.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a pesquisa a pesca ilegal, o garimpo, o desmatamento, a agropecuária extensiva e outras atividades se intensificaram em algumas regiões gerando conflitos em detrimento das invasões em terras indígenas, resultando em impactos sociais e ambientais. A espera por demarcação de terras tem sido um problema a mais para os povos originários que protegem a floresta de atividades ilegais geradoras de conflito. Enquanto o *modus vivendi* dos povos lida com o manejo da floresta para a subsistência de forma sustentável, ações antrópicas degradam a floresta. Santos (2024) reforça que na medida que é garantida a preservação dos povos indígenas, é assegurada a manutenção do clima e da vida.

As terras indígenas atuam como verdadeiras barreiras contra o desmatamento, enquanto seus saberes tradicionais oferecem alternativas sustentáveis para o uso da terra e dos recursos naturais. No entanto, esses povos continuam sendo ameaçados por práticas predatórias e pela negligência estatal em garantir seus direitos territoriais e culturais (ESTELITA; CAMILO, 2024, p. 128).

Segundo o Mapa de Conflitos da Fiocruz (2025), os povos Marubos situados na região do Vale do Javari sofrem com a pesca predatória, o garimpo e o narcotráfico gerando conflitos devido a invasão de território indígena, ocasionando danos a área



protegida, um fato que evidenciou a incidência de atividades criminosas nessa região foi o assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips em 2022.

Há muitos anos a demarcação das terras indígenas tem sido fundamental para garantir a integridade desses povos e a manutenção não só da terra, mas também de sua cultura e de seus costumes. Ainda assim, mesmo sendo demarcadas, as terras indígenas têm sido constantemente ameaçadas pela ação de grileiros, madeiros e garimpeiros, que têm destruído seu território e provocado mortes entre os indígenas e que os defendem (BONETO, 2022, p. 26).

Os Muras que vivem próximos a região metropolitana de Manaus são ameaçados pela intensa ação do garimpo ilegal, a tese do marco temporal, a exploração de potássio, a expansão do agronegócio, gera impactos socioambientais como a contaminação do rio com mercúrio, desmatamento, contaminação do solo, assoreamento do rio, irregularidade na demarcação de terras, fatos que chamam a atenção são as constantes operações da polícia federal no ano de 2025 na tentativa de mitigar a ação dos garimpeiros no rio Madeira.

Os Mundurucus que habitam a região do rio Canumã, convivem com a grilagem de terras, a exploração ilegal de madeira, o garimpo, o aumento da violência que ameaçam as lideranças e o modo de vida dos nativos, no ano de 2020 ocorreu uma operação da Polícia Militar na região do rio Abacaxis na qual resultou na morte de dois policiais, indígenas e ribeirinhos causando uma repercussão negativa, devido a arbitrariedade e ilegalidades, o Ministério Público Federal (MPF) solicitou a Polícia Federal (PF) uma investigação sobre a operação. Suess (2007, p. 53) menciona que as terras indígenas na Amazônia Legal, como no restante do país, são extremamente vulneráveis, invadidas constantemente por madeiros, garimpeiros, peixeiros, fazendeiros, posseiros, biopiratas e outros aventureiros em busca do lucro fácil.

A população Waimiri Atroari localizada na fronteira dos estados do Amazonas e Roraima enfrenta a apropriação ilegal de suas terras, a usina hidrelétrica de Balbina inundou grande parte do Território Indígena (TI) causando danos ambientais irreparáveis como a produção/emissão de gás metano, alteração no ciclo da reprodução da fauna, destruição do ecossistema do qual os indígenas dependiam para a subsistência, um fato relevante ocorreu no período da ditadura militar, entre 1970 a 1980, a população reduziu de 6.000 para 332, resultado de um violento processo de genocídio. Krenak (1989, p. 2) relata que as comunidades indígenas vêm sendo submetidas a um intenso processo de dependência, ocasionado pela perda de seus recursos naturais – o que resulta na perda da



qualidade de vida, antes assegurada por um habitat natural que supria todas as necessidades da tribo. Boneto (2022, p. 25) destaca que “a drástica redução do território indígena, que ocorreu com a fragmentação de suas terras, causou a desorganização social e dos sistemas produtivos de diversos povos”. Nesse aspecto, muitos povos tiveram que se adaptar a novos costumes diante da redução de suas terras, forçando-os a viverem cada vez mais próximos a centros urbanos e em outros casos tornando dependentes de recursos/auxílios externos à natureza e do seu modo de vida devido a escassez de animais para a caça, falta de peixes no rio e recursos que antes haviam em abundância e que a cada dia tornam-se limitados em razão da ação do homem na natureza.

O Território Yanomami é a maior terra indígena do Brasil, abrange parte do Amazonas e Roraima e faz fronteira com a Venezuela, por ser uma região de imensa e de difícil acesso o governo tem falhado na fiscalização e proteção dos nativos, o garimpo é a maior ameaça para esses povos isolados, a contaminação dos rios e a degradação ambiental tem causado uma série de doenças graves, um fato recente foi a maior operação integrada do governo federal em 2023 na tentativa de resolver a crise humanitária que se encontravam para garantir saúde e assegurar a proteção do território e do povo Yanomami. De acordo com o Ministério dos Povos Indígenas (2024) “apenas na Terra Yanomami já foram realizadas mais de 1.409 operações de seguranças em 2024”. Esse cenário reflete a situação vivenciada pelos povos originários na Amazônia Legal, expondo a vulnerabilidade dos nativos frente as ações antrópicas. Em agosto de 2024, o garimpo na terra indígena Yanomami reduziu em mais de 91% devido a intervenção federal em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência com o ebook produzido no Canvas possibilitou construir um sólido conhecimento a respeito das etnias estudadas na pesquisa, agentes ameaçadores em seus territórios, áreas de conflito, consequências sócio ambientais das atividades predatórias na região, destacando a relevância dos povos nativos no uso da floresta para a subsistência de forma responsável e ajudando na preservação do bioma.

Espera-se que a pesquisa possa contribuir na conscientização sobre a relevância da proteção dos povos originários para a preservação da floresta, pois são agentes fiscalizadores, nesse sentido, a demarcação de terras é essencial para assegurar o direito da manutenção do *modus vivendi*, bem como mitigar ações antrópicas nesses territórios.



AGRADECIMENTOS

REFERÊNCIAS

SANTOS, C. M. A preservação do *modus vivendi* dos povos indígenas para a manutenção do clima na Amazônia. Campina Grande: **Realize Editora**, 2024.



SANTOS FILHO, R. L. Índio, Convenção 169/OIT e Meio Ambiente. **Revista CEJ**, Brasília, n. 33, p. 16-21, abr./jun. 2006.

SOUZA JUNIOR, C. *et al.* Avanço das estradas endógenas na Amazônia. O Estado da Amazônia. Belém: **Imazon**, 2005.

SUESS, P. Povos Indígenas na Amazônia Brasileira. **Revista Encontros Teológicos**, n. 46, ano 22, n. 1, p. 45-62, 2007.

MAPBIOMAS. Metade da área de vegetação nativa perdida entre 1985 e 2023 fica na Amazônia, um dos estabilizadores do clima no continente. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2024/08/21/em-2023-a-perda-de-areas-naturais-no-brasil-atinge-a-marca-historica-de-33-do-territorio/>. Acesso em: 20 de set. 2025.

MELLO, P. P. C.; PEÑAFIEL, J. J. F. Povos Indígenas e proteção da natureza: a caminho de “um giro hermenêutico eco cêntrico”. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 10, n. 3, p. 222-251, dez. 2020.

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS. Terras Indígenas são as áreas mais preservadas do Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/terras-indigenas-sao-as-areas-mais-preservadas-do-brasil>. Acesso em: 20 de set. 2025.

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS. Garimpo na Terra Yanomami cai mais de 91% até agosto de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/garimpo-na-terra-indigena-yanomami-cai-mais-de-91-ate-agosto-de-2024>. Acesso em: 20 de set. 2025.

